ISBN: 978-65-86558-61-6

UFSCar UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

RUA | APRENDENDO A CONTAR

CPOI Comissão Permanente de Publicações Oficiais e Institucionais da UFSCar

RUA | APRENDENDO A CONTAR

Relatório Síntese do I CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SÃO CARLOS (2019)

SÃO CARLOS

2022

RUA | APRENDENDO A CONTAR

Relatório Síntese do I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos (2019)

ORGANIZADORAS:

Carla Regina Silva

Terapeuta Ocupacional (UFSCar), Mestre e Doutora em Educação (UFSCar), Pós-graduação em Gestão Cultural e Saúde Mental Infantojuvenil. Pós doutorado em Universitat Central de Cataluña Vic – Espanha. Atualmente docente do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional (UFSCar). Coordenadora de grupo de pesquisa, ensino, extensão e cultura Atividades Humanas e Terapia Ocupacional. Coordenadora da Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão (UFSCar).

Roberta Justel do Pinho

Terapeuta Ocupacional (UFSCar), Mestre em Saúde Coletiva (UNESP) e Doutora em Terapia Ocupacional (PPGTO/UFSCar), é servidora pública da Prefeitura Municipal de São Carlos desde 2012, sempre atuando nos serviços do Sistema Único de Assistência Social, tendo atuado por cinco anos na equipe técnica do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Desde 2019, está responsável pela Chefia da Seção da Proteção Social Especial de Média Complexidade, da Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social.

© 2022 by Carla Regina Silva, Roberta Justel do Pinho.

Direitos dessa edição reservados à Comissão Permanente de Publicações Oficiais e Institucionais - CPOI
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa do Editor.
Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Carlos Alberto Gil Mazzante e Fernanda Ribeiro
Revisão Gramatical e Linguística: Autoras
Normalização e Ficha Catalográfica: Marina P. Freitas CRB-08/ 6069

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Silva, Carla Regina.
RUA: Aprender a contar / Carla Regina Silva, Roberta Justel do Pinho – São Carlos : UFSCar/CPOI, 2022.
47 p. (Relatório Síntese do I Censo da População de em Situação de Rua de São Carlos 2019).

ISBN - 978-65-86558-61-6

1. População em situação de rua. 2. Censo – Políticas Públicas. I. Título.

Reitora
Ana Beatriz de Oliveira
Vice-Reitor
Maria de Jesus Dutra dos Reis

De repente as coisas acontecem, e quando alguma coisa acontece

Surge sempre a esperança que nos faz sonhar outra vez.

(GIL ROSA)

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 6

2 CONTEXTUALIZAÇÃO 8

3 PERCURSO METODOLÓGICO 19

4 RESULTADOS 27

5 CONCLUSÕES 43

6 REFERÊNCIAS 46

1 APRESENTAÇÃO

O presente Relatório-Síntese é produto de um esforço de sistematização do percurso metodológico e dos dados do I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos, realizado em novembro de 2019, em resposta a uma demanda histórica dessa população por visibilidade, maior atenção do poder público e produção de informações capazes de subsidiar a formulação de políticas públicas adequadas às reais demandas desse grupo populacional.

Organizado pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), com apoio do Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria da Universidade de São Paulo (CeMEAI/USP), do Laboratório de Atividades Humanas e Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo (AHTO/UFSCar), do Departamento de Terapia Ocupacional (DTO/UFSCar) e de inúmeros parceiros da sociedade civil organizada, o I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos buscou identificar, mapear e conhecer a população em situação de rua do município, suas demandas, o seu acesso aos serviços e equipamentos da rede socioassistencial e intersetorial bem como as dificuldades encontradas em seu cotidiano. Para que este processo ocorresse e o questionário fosse aplicado, contou-se também com voluntários, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais da rede de serviços do município, reunindo esforços de diversas áreas do conhecimento para que essa execução fosse possível.

Inicialmente, contextualizaremos o percurso que conduziu à realização do I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos, a partir da luta de diferentes atores do poder público, dos movimentos sociais e da sociedade civil, baseados na importância das contagens oficiais, na proposição da Política Nacional da População em Situação de Rua (2008) e na exclusão dessa população das contagens do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), e no amadurecimento da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município naquele momento, que entendeu e assumiu o compromisso ético, técnico e metodológico de mobilizar esforços para articulação da rede de atenção à população em situação de rua bem como de produzir informações capazes de assegurar políticas públicas e ações articuladas para a defesa de direitos e proteção social de uma população historicamente alvo de ações pautadas pela benemerência, caridade, assistencialismo ou ainda, práticas higienistas e de controle.

Serão apresentados, posteriormente, o percurso metodológico adotado para a realização do I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos e os principais resultados da pesquisa, a partir dos eixos temáticos que estruturaram o questionário.

Por fim, serão indicados os principais aspectos que podem subsidiar a organização de ações articuladas intersetorialmente com vistas a produzir respostas efetivas às demandas dessa população, de modo a também subsidiar a constituição do Plano Municipal para a População em Situação de Rua de São Carlos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Qual a importância dos Censos da População em Situação de Rua?

Por não estar incluída nas contagens oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE), a população em situação de rua não é considerada nas pesquisas censitárias, de modo que os censos promovidos por iniciativas locais possuem a importante finalidade de romper com a invisibilidade histórica a que essa população está sujeita, bem como para o reconhecimento de suas realidades, contribuindo para o planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas adequadas as suas reais demandas e visibilidades.

O que os Censos nos ajudam a compreender?

Os Censos da População em situação de rua buscam dar uma visibilidade para além daquilo que incomoda a sociedade (a pessoa em situação de rua dormindo nas calçadas e nas praças, transitando pela cidade, etc), permitem o direcionamento para o reconhecimento e o resgate da identidade social, demonstrando o fenômeno do "viver nas ruas" como um fenômeno coletivo, ou seja, para além das decisões, "escolhas" e caminhos individuais, mas uma consequência das questões sociais, estruturais e históricas, permeadas pelo desemprego, pobreza e intensa desigualdade social e de oportunidades, na relação intrínseca com marcadores sociais como gênero, raça/cor, idade, funcionalidade/deficiência, local de nascimento, entre outros.

Como surgiram as primeiras iniciativas de realização de censos dessa população?

Com o avanço do reconhecimento dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluindo as pessoas em situação de rua, através da Constituição Federal promulgada em 1988, da Lei Orgânica de Assistência Social (1993), da Política Nacional de Assistência Social (2004) e da

organização do Sistema Único de Assistência Social (2005), associada a uma intensa luta dos movimentos sociais voltados a defesa de direitos dessa população, com o destaque para o Movimento Nacional da População de Rua, a proposta de um Censo Nacional se fortalece na década de 2000, de modo a reconhecer os sujeitos que vivem nas ruas como cidadãos, dando visibilidade aos seus direitos e possibilitando a construção de uma base informacional para proposição de ações que garantissem esses direitos, legitimados, posteriormente, no Decreto 7053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Assim, embora algumas grandes metrópoles já viessem realizando contagens locais desde os anos 1990 e início dos anos 2000 (São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre), a década de 2000 convoca outros atores para o debate e para a um processo de planejamento e execução da I Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua no país, cujo pesquisa de campo se deu entre os anos de 2007 e 2008, e sua publicação, em 2009.

Qual a definição de população em situação de rua?

Segundo o decreto 7053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Destaca-se que esse é o conceito que norteia, por exemplo, a organização e oferta dos serviços socioassistenciais (serviços da política

pública de assistência social) a essa população e também foi o conceito adotado para parametrizar a execução do Censo em São Carlos.

Quais os principais dados levantados na Censo Pop Rua (I Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua)?

Realizado entre os anos de 2007 e 2008, o Censo Pop Rua abrangeu 71 cidades brasileiras, incluindo 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, identificando um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos municípios pesquisados. Os principais resultados obtidos foram:

- 82% das pessoas em situação de rua eram homens
- Mais da metade (53%) possuía entre 25 e 44 anos.
- 67% das pessoas se declararam pardas ou negras
- 52% possuíam algum parente que morava na mesma cidade em que estavam vivendo.
- Dentre os principais motivos da vida nas ruas: problemas com álcool/drogas (36%); desemprego (30%) e desavenças com a família (29%).
- 76% sempre viveram no município em que moravam ou em municípios próximos
- 71% eram trabalhadores com alguma atividade remunerada. Dessas atividades destacam-se: catador de materiais recicláveis (28%), flanelinha (14%), construção civil (6%) e limpeza (4%).
- Somente 2% afirmaram estar trabalhando com carteira assinada. Apenas 16% pediam dinheiro como principal meio para a sobrevivência.

- 25% não possuíam documento de identificação, dificultando a obtenção de emprego formal e o acesso a serviços/programas governamentais.
- 80% diziam conseguir fazer ao menos uma refeição por dia.
- 89% afirmaram não receber qualquer benefício social.
- 74% sabiam ler e escrever, 17% não sabiam escrever e 8% apenas assinavam o próprio nome.
- 64% não concluíram o 1º grau (Ensino Fundamental).
- 95% não estudavam na época da pesquisa.

E em São Carlos, como foi esse processo?

Uma das pioneiras na oferta de serviços socioassistenciais para a população em situação de rua no estado de São Paulo, já que o seu Centro de Referência para População em Situação de Rua foi um dos primeiros do estado, criado em 2008, a cidade de São Carlos também viveu o processo de questionamento da importância das contagens oficiais da população em situação de rua local, com um destaque importante do Movimento Social, da sociedade civil e do compromisso de gestão em fortalecer a política pública de Assistência Social, a Rede de Atenção à População em Situação de Rua e criar condições para materialização desse primeiro levantamento no município.

As motivações para o I Censo da População em situação de São Carlos nasceram de vários lugares, mas principalmente, especialmente dentro do movimento social *própria* população em situação de rua, demandando, porém, um longo período de amadurecimento, criação e construção paulatinas das condições objetivas para que esse processo finalmente se desse em 2019.

Numa linha do tempo, identificamos o ano de 2015 como um ponto de partida importante, quando foram retomadas parcerias entre o Centro Pop e a Unidade de Prática Supervisionada em Terapia Ocupacional do Curso de

Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos no serviço. Isso por que, a partir da vinda de estagiários, uma série de proposições e ações começam a ser feitas junto aos profissionais do serviço, fortalecendo-os e sensibilizando-os para criação de estratégias que pudessem sensibilizar e (re)tecer a rede voltada à população em situação de rua no município, de modo que no final daquele ano, a equipe do Centro Pop, em conjunto com os estagiários e a docente responsável pelo estágio (Prof. Dra. Carla Regina Silva), organizaram um evento que reuniria diferentes atores em um debate que pudesse fomentar a intersetorialidade necessária à atenção e proteção social da população em situação de rua.

Assim, realizou-se o I Fórum da População em Situação de Rua de São Carlos, que mais tarde, seria o embrião para o movimento social que receberia o mesmo nome, configurando-se um importante espaço de controle, defesa de direitos e participação social e democrática da população em situação de rua.

Figura 1 – Cartaz de divulgação do I Fórum da População em Situação de Rua de São Carlos

Fonte: Equipe Organizadora

Assim, em 2016, cavando espaços de participação e resistência, tivemos a primeira 1ª Reunião do Fórum da População em Situação de Rua de São Carlos, fortalecendo a Luta política com a População em Situação de Rua.

Figura 2 – Registro da 1ª Reunião do Fórum da População em Situação de Rua de São Carlos

Fonte: Equipe Organizadora

Suas primeiras pautas foram marcadas por debates acerca da segurança pública, desemprego, moradia e saúde assim como dos questionamentos constantes, dados os critérios de permanência nos serviços de acolhimento, sobre quem era a população em situação de rua de São Carlos, quem eram os migrantes e qual era o perfil, apontando para a necessidade de saber quem eram para criar e qualificar as ações que vinham sendo ofertadas. Assim, a demanda pelo censo foi crescendo...

Naquele mesmo ano, em função do processo eleitoral municipal, o Fórum da População em Situação de Rua entregou e propôs a assinatura de uma carta compromisso aos candidatos à Prefeitura Municipal de São Carlos (Gestão 2017-2020), em que primeiro item era: "Realizar o censo e levantamento do perfil da população em situação de rua de São Carlos (...)", seguidas de outras pautas importantes, como criação do Comitê Intersetorial,

com vistas à criação de uma política municipal para essa população, fortalecimento de ações para inclusão produtiva e qualificação profissional, direito à moradia, criação do Consultório na Rua, municipalização do acolhimento institucional etc.

Figura 3 – Registr da entrega da Carta Compromisso aos candidatos à Prefeitura Municipal de São Carlos, 2016

Fonte: Equipe Organizadora

No ano seguinte (2017), os diálogos intersetoriais vão se tornando cada vez mais urgentes, possibilitando a organização conjunta, por meio da Defensoria Pública, da UFSCar, do Fórum da População em Situação de Rua e dos trabalhadores da Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social e de Saúde, das Rodas de Conversa "População de rua e políticas públicas: o urgente diálogo", versando sobre temas como a rede socioassistencial, a segurança pública e o direito ao trabalho.

Figura 4 e 5 – Cartaz de divulgação e registro de Rodas de Conversa realizadas

Fonte: Equipe Organizadora

No mesmo ano, a situação das pessoas em situação de rua também avança para o debate promovido pelo Poder Legislativo, em uma Audiência Pública na Câmara Municipal de São Carlos, realizada em 09 de outubro de 2017, que destacou, dentre várias pautas, a necessidade de realização de um Censo no município e a necessidade de planejamento e destinação de recursos para sua execução.

Figura 6 e 7 – Imagens do site com a gravação e notícia na mídia da Audiência Pública na Câmara Municipal

Fonte: Link YouTube e do site São Carlos Agora

Ainda em 2017, a população em situação de rua promove ampla participação na Conferência Municipal de Assistência Social, com importante visibilidade, nas discussões e nas votações de propostas municipais.

Em 2018, a partir da parceria da Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, há a construção de um projeto de execução do I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos, realizado por duas docentes do curso de Terapia Ocupacional da UFSCar (Prof.ª Drª Carla Regina Silva e Prof.ª Drª Sabrina Helena Ferigato).

> "O projeto é uma parceria da UFSCar com a Prefeitura Municipal de São Carlos e o Fórum da População em Situação de Rua de São Carlos que une os esforços para realizar o Primeiro Censo da População em Situação de Rua da cidade. Com o intuito de construir dados e análises que possam contribuir com a construção de ações, serviços e políticas que respondam às necessidades reais deste grupo, de acordo com a legislação e orientação federal, respeitando os sentidos da vigilância socioassistencial, proteção social e defesa dos direitos socioassistenciais e humanos. Para tanto, apresenta procedimentos metodológicos em seis etapas, seguindo a entrega de produtos em cronograma estruturado: i) quadro de referência; ii) territórios censitários, iii) planejamento das atividades de campo, iv) trabalho de campo, v) informação e dados e vi) relatório final e divulgação" (SILVA; FERIGATO, 2018, p.2).

Reuniões sistemáticas começam a ser feitas, na tentativa de composição das equipes (quadro de referência): Centro Pop, Consultório Na

Rua, UFSCar, Fórum da População em Situação de Rua, Defensoria Pública, etc., a fim de pensar os parceiros, atores, territórios, o lugar da população em situação de rua nesse processo. Porém, naquele momento, as possibilidades de financiamento via gestão municipal foram se mostrando indisponíveis...

Até que em 2019, por insistências e contínua sensibilizações, a gestão da política de Assistência Social finalmente assume o compromisso de materializar e favorecer as condições objetivas de execução dessa tarefa, em que se destacam quatro fatores fundamentais.

Os dois primeiros, relacionados à reestruturação administrativa que a Prefeitura Municipal realizara no início de 2019, possibilitando, no âmbito da Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social, a criação de novos departamentos e cargos, com destaque para o Departamento de Proteção Social Especial e o redesenho das equipes de apoio técnico às unidades (chefias de seção), que, a partir do olhar técnico, comprometem-se com o debate que já vinha se desenrolando nos últimos anos, assumindo importante protagonismo, no âmbito da política pública de Assistência Social, para que o Censo ganhasse concretude.

O terceiro fator determinante foi a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua), instituído pelo Decreto Municipal nº 193 de maio de 2019. O comitê, que assim como o Censo, era um dispositivo desejado há bastante tempo, ganha corpo e debate em 2019, especialmente a partir da aproximação dos diferentes setores governamentais, da sociedade civil, dos grupos de diferentes matrizes religiosas, que próximos, fortaleceram e se empenharam na materialização do Comitê.

Por fim, o quarto fator fundamental relaciona-se às condições financeiras para execução do Censo, a partir da destinação de uma Emenda Parlamentar do Vereador Roselei Françoso no valor de R$ 20 mil reais e que,

direcionada à OSC Saber Amar, que no momento executava - via Termo de Colaboração - o serviço de Acolhimento Institucional Adulto e Família (Casa de Passagem), que organizou a contratação da logística, carros, motoristas e alimentação aos entrevistadores, durante a execução do Censo, bem como da sistematização dos dados.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para que a realização do I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos fosse concretizada, diferentes procedimentos, planejamentos e articulações foram necessárias e realizadas ao longo do ano de 2019, desde a elaboração do questionário, levantamento dos territórios censitários e organização minuciosa da sua execução, que se deu na última semana do mês de novembro daquele ano, entre os dias 25 e 28 de novembro.

Logo no início desse planejamento, entendeu-se a necessidade de aproximação dos diferentes grupos envolvidos na oferta de ações e apoio direto no espaço social da rua, vinculados ou não às entidade socioassistenciais do município, tanto para o mapeamento das ações desenvolvidas como também dos territórios de ação desses grupos, de modo que, mais tarde, esse mapeamento pudesse colaborar com a composição dos territórios censitários, ou seja, dos diferentes pontos espalhados pelas diferentes regiões do município, para onde a equipe do Censo deveria se dirigir para realização dos questionários.

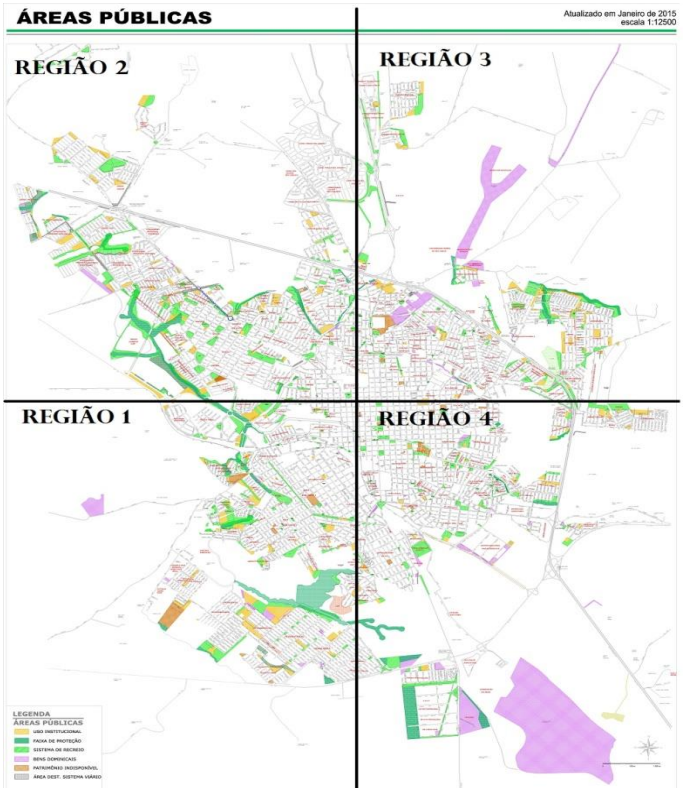
Foi realizada, então, no mês de junho de 2019, uma reunião com representantes desses grupos e entidades, a maioria com vinculação religiosa e voltada à distribuição de alimentos, roupas e produtos de cuidado e higiene à população em situação de rua, de forma que cada um desses grupos traçasse seu itinerário e indicasse, em mapas do município, os pontos exatos onde tinha concentração de pessoas em situação de rua ou mesmo indivíduos vivendo sozinhos.

Assim, com essa identificação, complementada pelas informações institucionais da equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), vinculada ao Centro Pop, elaborou-se um mapa com os territórios censitários, que seriam o ponto de partida para realização dos questionários no espaço social da rua.

Figura 8 e 9 – Registro da reunião com os grupos voluntários e entidades socioassistenciais, para identificação dos territórios censitários de São Carlos

Fonte: Equipe Organizadora

Figura 10 – Imagem das quatro regiões censitárias para o 1º Censo da População em situação de rua de São Carlos



Fonte: Equipe Organizadora

O questionário do 1º Censo da População em situação de rua de São Carlos foi formulado pela equipe executora, pertencente à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de São Carlos (SMCAS) e Laboratório de Atividades Humanas (AHTO/UFSCar), do Departamento de Terapia Ocupacional (DTO/UFSCar), com suporte técnico de especialistas na área de estatística e também do CEMEAI, tendo por referência o Prof. Dr. Alexandre Dalben. Após inúmeras reuniões e discussões, elaborada a primeira versão, realizou-se aplicação de um piloto com algumas pessoas em situação de rua, tanto no espaço social da rua, como aquelas em atendimento no Centro Pop ou em Acolhimento Institucional, de modo a avaliar e ajustar as questões desenvolvidas, visando adequação e pertinência das perguntas, tempo de aplicação, objetividade e a adesão dos participantes durante a aplicação do questionário.

A versão oficial do questionário do 1º Censo da população em situação de rua de São Carlos foi composta por 55 perguntas, organizadas em nove sessões diferentes: 1- Identificação e Localização; 2- Rua e Cotidiano; 3- Atividades e Cotidiano; 4- Família e Rede de Apoio; 5- Escolaridade; 6- Trabalho, Remuneração e Renda; 7- Saúde; 8- Serviços e Acessos e 9- Violência. O tempo médio de aplicação era de 20 minutos.

Para aplicação, a versão final do questionário foi adaptada pela equipe do CEMEAI para a plataforma do Google Forms®, a fim de favorecer o manuseio do mesmo, especialmente na aplicação no espaço social da rua, bem como auxiliar na compilação e sistematização das respostas que, automaticamente, eram tabuladas em uma planilha de Excel.

No período que antecedeu à execução do censo, foi realizada também uma mobilização, cadastramento e treinamento de entrevistadores voluntários, a maioria, vinculados a cursos de graduação e pós-graduação de universidades públicas e privadas da cidade. O treinamento da equipe de campo, ofertado no período da tarde e noite, no mês de novembro de 2019,

contextualizou a realização e a importância das pesquisas censitárias junto à população em situação de rua, apresentou a rede de atenção à essa população no município bem como o questionário e os territórios censitários, oportunizando o esclarecimento de dúvidas e orientações para a execução/aplicação dos questionários. Todos os participantes receberam certificados de participação.

Figura 11 – Registro da formação dos entrevistadores voluntários do I Censo Pop Rua

Fonte: Equipe Organizadora

Planejada a atividade de campo, a partir da seleção de voluntários, treinamento da equipe de campo e elaboração de mapas, foram feitos os roteiros e a logística necessária para a aplicação dos questionários, que se deu entre os dias 25 a 28 de novembro de 2019, nos períodos da manhã, tarde e noite, tanto nos espaços institucionais (Centro Pop e Serviços de Acolhimento) bem como no espaço social da rua. Além dos voluntários, a execução também contou com o apoio fundamental das equipes e profissionais da Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social e da Secretária Municipal de Saúde, através do Consultório na Rua.

Destaca-se que todas as etapas preparatórias foram acompanhadas de uma sensibilização contínua da população em situação de rua, por meio de

oficinas e diálogos frequentes, acerca da finalidade e importância do Censo, do seu caráter sigiloso das respostas/identidades individuais bem como informações quanto à forma como seria organizado, processo que se intensificou nas semanas que antecederam a execução do levantamento. Todos os horários e organização geral foram previamente divulgadas às pessoas em situação de rua, num processo de construção centrado nos direitos das pessoas em situação de rua à informação e à contribuição nesse processo.

Figura 12 – Registro de abordagem e aplicação do questionário em praça pública

Fonte: Equipe Organizadora

Figura 13 – Registro de parte da equipe de campo do I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos, em discussão das atividades

Fonte: Equipe Organizadora

Figura 14 – Parte da equipe de campo do I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos, reunida na sede do antigo Centro de Referência de Direitos Humanos da SMCAS (2019)

Fonte: Equipe Organizadora

À execução, seguiu-se a sistematização dos dados e a construção dos gráficos e tabelas que deram o subsídio para a elaboração desse relatório final.

Por fim, a equipe executora Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, Centro Pop e Laboratório Atividades Humanas e Terapia Ocupacional (AHTO/DTO/UFSCar), com apoio da Pró-Reitoria de Extensão, organizaram o Seminário "Análise dos 10 anos da Política Nacional à População em Situação de Rua", entre os dias 12 e 13 dezembro de 2019, no Anfiteatro Bento Prado Junior (UFSCar) como parte do processo de realização do I Censo. O evento contou com diferentes debates acerca da política nacional para a população em situação de rua, incluindo as mesas "1º Censo da População em Situação de Rua em São Carlos: compondo redes" e "1º Censo da População em Situação de Rua em São Carlos: construindo interdisciplinaridade", em que foram apresentados, preliminarmente, alguns dos dados obtidos no censo.

Figura 15 – Cartaz de divulgação do Seminário "Análise dos 10 anos da Política Nacional à População em Situação de Rua"

Fonte: Equipe Organizadora

Figura 16 – Registro da mesa que apresentou a discussão "I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos – compondo redes" no Seminário "Análise dos 10 anos da Política Nacional à População em Situação de Rua"

Fonte: Equipe Organizadora

4 RESULTADOS

A partir dos dados coletados no 1º Censo da População em Situação de Rua em São Carlos, foram desenvolvidas duas pesquisas de Iniciação Científica, junto ao Laboratório de Atividades Humanas e Terapia Ocupacional (AHTO/UFSCar), orientada pela Profa. Dra. Carla Regina Silva, a saber:

- Marina Dei Agnoli. Cotidiano da população em situação de rua em São Carlos: análise do censo 2019. 2020. Iniciação Científica. Pró-Reitoria de Pesquisa, Universidade Federal de São Carlos. Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Marina Dei Agnoli. Cotidiano da população em situação de rua em São Carlos: análise do censo 2019. 2020. Trabalho de Conclusão de curso em Terapia Ocupacional. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14519
- Carla Cristina Pianca do Prado. Demandas e trajetórias de mulheres em situação de rua do município de São Carlos- SP. 2021. Iniciação Científica e Tecnológica (Terapia Ocupacional) - Pró-Reitoria de Pesquisa, Universidade Federal de São Carlos. Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Carla Cristina Pianca do Prado. Demandas e trajetórias de mulheres em situação de rua do município de São Carlos- SP. 2022. Trabalho de Conclusão de curso em Terapia Ocupacional. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16976

Alguns dos dados produzidos por essas pesquisas são apresentados neste Relatório.

Perfil da população em situação de rua

Foram preenchidas 285 respostas no formulário do 1º Censo da População em Situação de Rua em São Carlos, contudo considerando respostas válidas, ou seja, retirando respostas duplicadas ou em branco, foram consideradas 240 no total. Em relação ao perfil, considerando idade, raça/cor, gênero e estado civil das pessoas participantes, temos que:

Gráfico 1 – Idade por segmento (N=222)

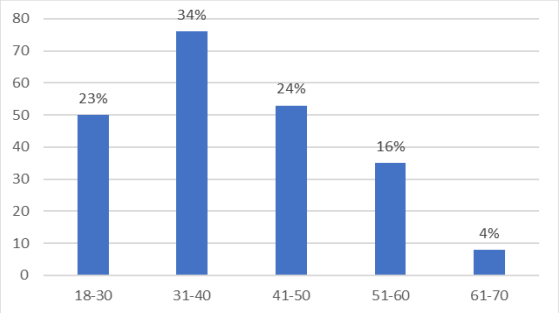


Gráfico 2 – Raça/cor declarada (N=201)

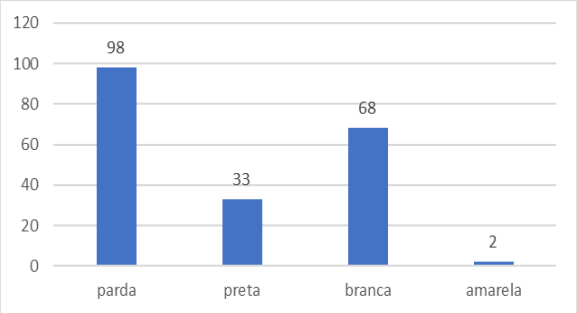


Gráfico 3 – Gênero declarado (N=204)

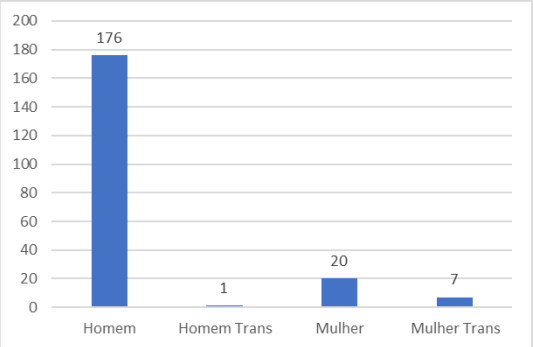
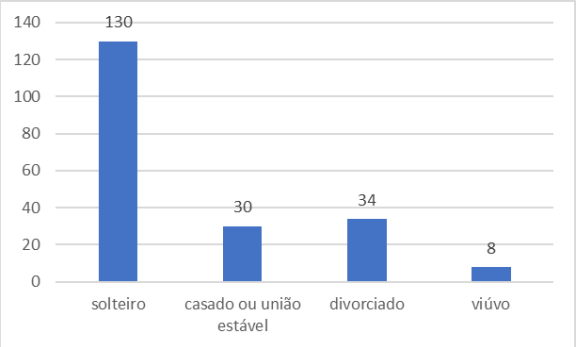


Gráfico 4 – Estado civial (N=201)



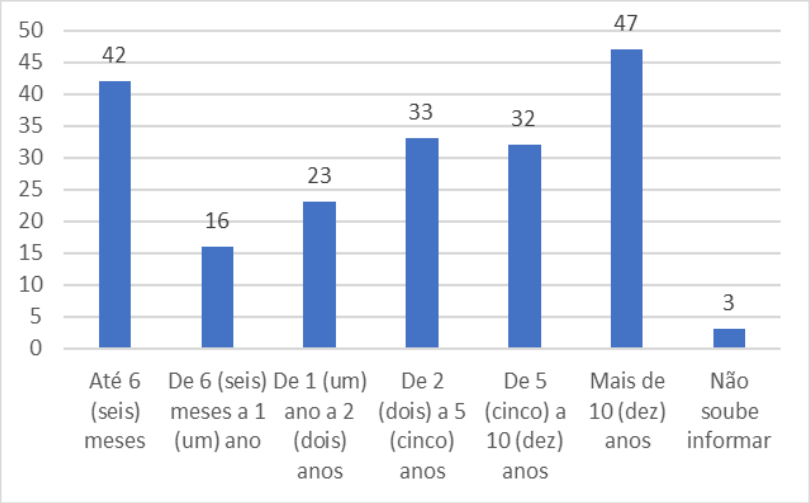
Fonte: Produzido pelas autoras

A partir dos dados de perfil, das respostas válidas, podemos afirmar que a maioria das pessoas em situação são homens cis (86%), negros (pretos e pardos) (65%), com idade entre 31 e 50 anos (58%) e solteiros (65%), a maioria também se identifica como heterossexual (82%). Em relação ao tempo em situação de rua, temos a concentração de pessoas há mais de 10 anos (24%) ou há menos de 6 meses (21%) (gráfico 5) e essa concentração se repete

quando perguntado sobre o tempo em situação de rua, na cidade de São Carlos (gráfico 6). Quando questionados sobre se queriam sair da situação em que se encontravam 82% respondentes afirmavam que 'sim'. 20% dos respondentes afirmam não possui 'nenhum' documento.

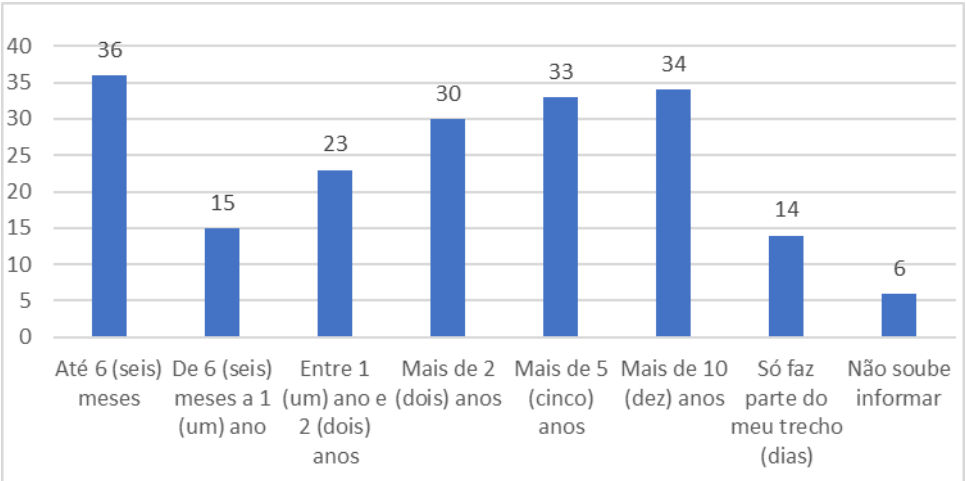
Situação de rua e tempo

Gráfico 5 – Tempo em situação de rua (N=196)



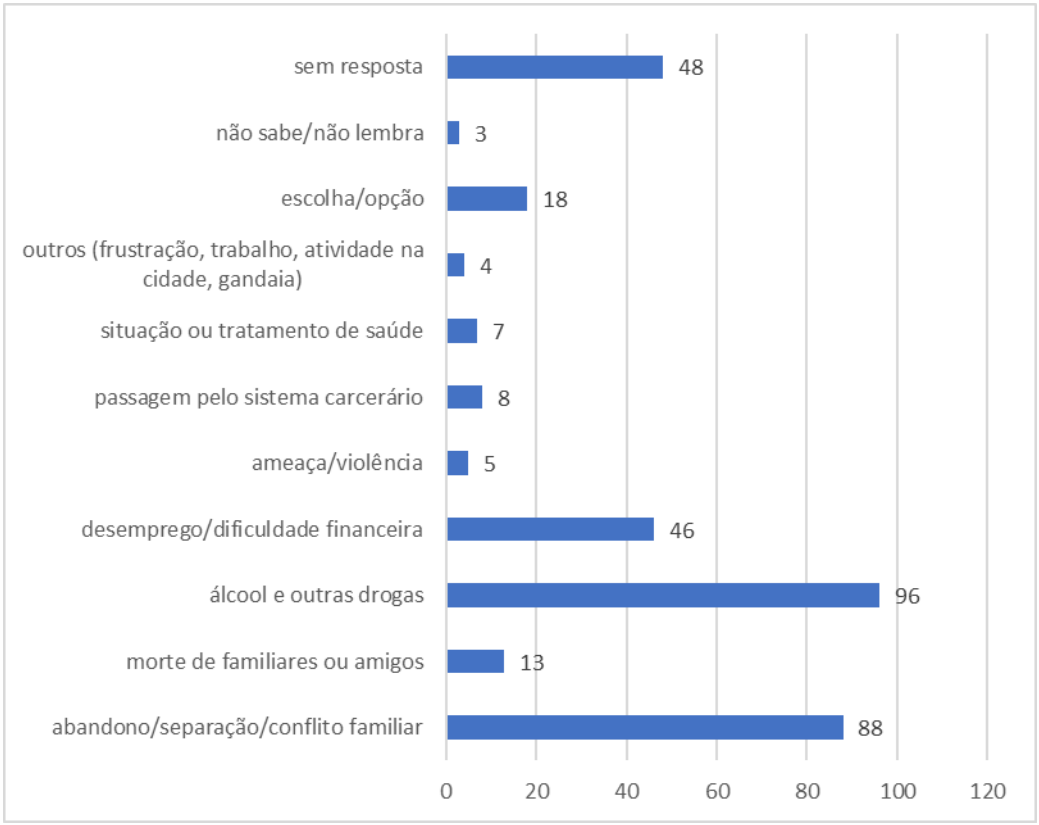
Fonte: Produzido pelas autoras

Gráfico 6 – Tempo em situação de rua em São Carlos (N=191)



Fonte: Produzido pelas autoras

Gráfico 7 – Motivos apresentados para estarem em situação de rua (N=194).



Fonte: Produzido pelas autoras

Embora saibamos que as condições macrossociais políticas, econômicas se articulem com os sistemas integrados de poderes hegemônicos como o patriarcado, o colonialismo e o capistalismo neoliberal e estejam diretamente relacionados às existêsncias de pessos e grupos nestas condições, quando questionados os motivos relacionados às trajetórias das pessoas, que contribuiram para que elas estivessem nesta situação, temos como principais situações: o uso prejudicial e a dependência relacionadas ao álcool e outras drogas, os conflitos/perdas/separações familiares e o desemprego.

Os dados estão em consonância com o 1º Censo da população em situação de rua realizado nacionalmente (entre algumas capitais brasileiras) (Brasil, 2008). Outras situações também são apontadas tais como: a morte de

familiares ou amigos, e não “terem com mais ninguém para contar”, violência contra mulher, violência e preconceito em relação à identidade de gênero.

Ressalta-se que se concentram grupo de pessoas que estão em situação de rua até seis meses e aqueles com trajetórias muito mais longas, com 10 anos. Esses dados são importantes pois expressam a diversidade de situações, assim como, indicam que são necessárias ações específicas para cada um desses grupos, pois embora algumas demandas sejam unanimes independente do tempo em situação de rua, as abordagens e respostas precisam estar adequadas para essas realidades que são muito diferentes entre si.

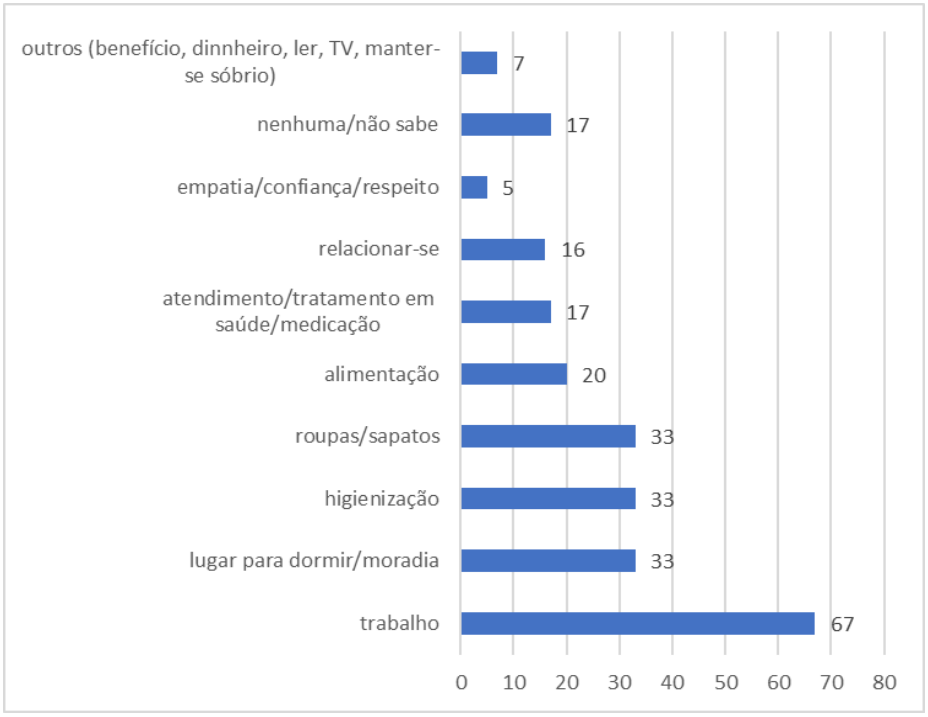
Relação com familiares

Em relação aos contatos familiares, 65 pessoas responderam que não mantinham e 122 possuem contato com familiares. Destes que mantém, 52% realizam esses contatos anualmente, 29% mensalmente, 39% semanalmente e 22% diariamente. Sendo que 76 (62%) pessoas citaram ter esse contato por meio de encontros e visitas. Outros meios de comunicação como telefone e redes sociais também foram citados como formas de contato.

Trabalho e Geração de Renda

Em relação às dificuldade enfrentadas no cotidiano das ruas, temos o trabalho como o mais citado (Gráfico 8).

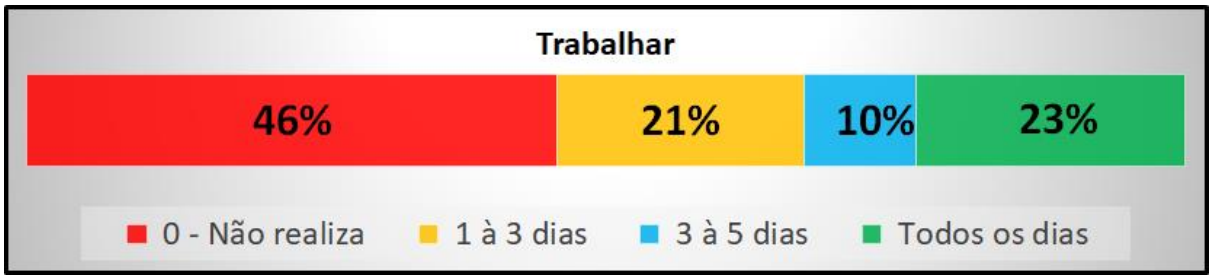
Gráfico 8 – Dificuldades enfrentadas no cotidiano das ruas (N=164).



Fonte: Produzido pelas autoras

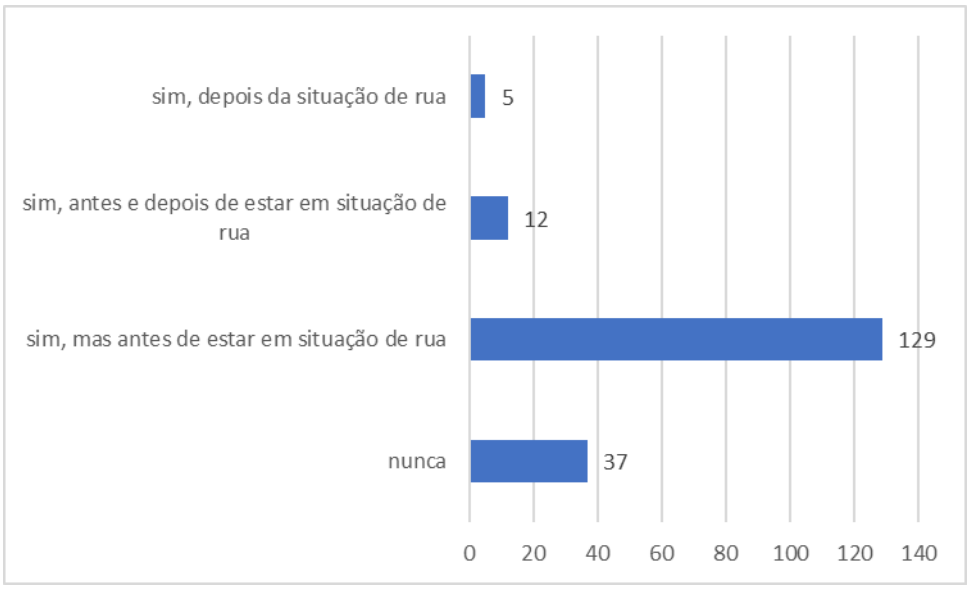
Assim como, quando questionado sobre as atividades realizadas cotidianamente, já que 46% das pessoas não possuiam nenhuma atividade relacionada ao trabalho e/ou geração de renda, mas a maioria das pessoas trabalhavam pelo menos um dia da semana (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Realização do trabalho e frequência durante a semana (N=152).



Fonte: Agnoli, 2020

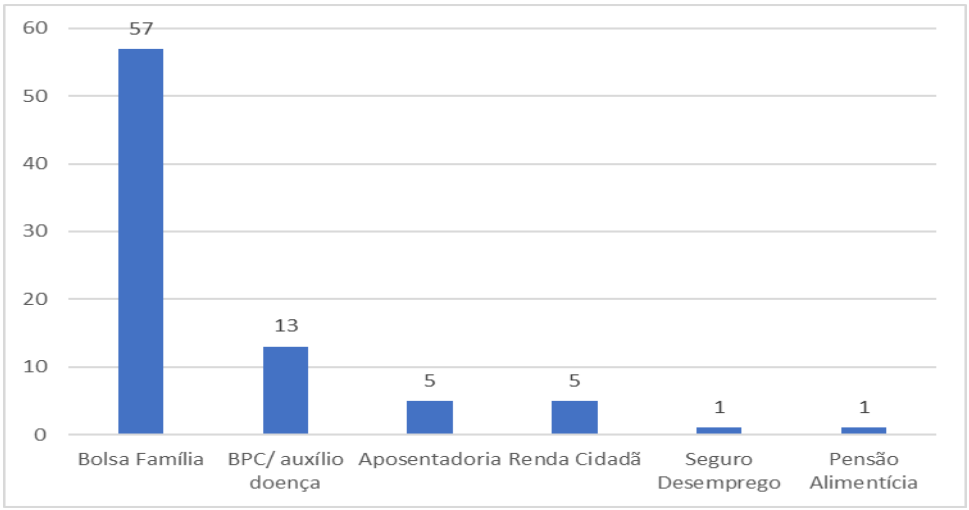
Gráfico 10 – Registros de Trabalho/carteira assinada em relação a situação de rua (N=183).



Fonte: Produzido pelas autoras

O gráfico 10 apresenta de forma clara como a relação das condições de trabalho estão diretamente relacionadas com a situação de rua, afinal 129 (70,5%) dos respondentes afirmam terem tido contratos de trabalho formais ('carteira assinada') apenas antes de estarem em situação de rua.

Gráfico 11 – Benefícios Socioassistências usufruídos atualmente (no momento da aplicação do formulário) (N=172).



Fonte: Produzido pelas autoras

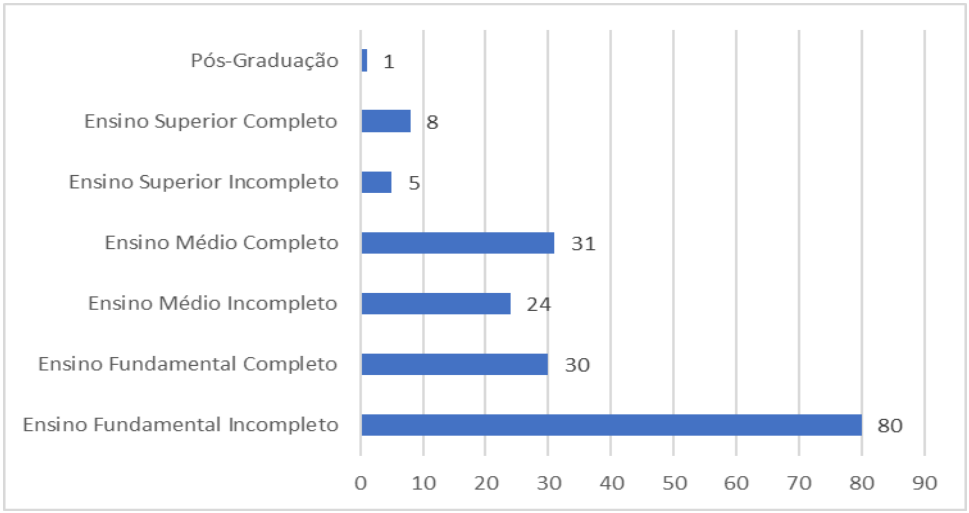
Em relação aos benefícios socioassistências que estavam recebendo quando o formulário foi aplicado, apenas 75 pessoas (31%) afirmaram receber pelo menos um benefício, sendo que o mais citado foi o 'Bolsa Família', recebido por 76% dos respondentes. A maioria dos respondentes, 96 pessoas afirmam não receber nenhum benefício.

Alfabetização e Escolaridade

Sobre leitura e escrita temos que 12 pessoas afirmaram que não sabiam ler, 19 que não entendem o que lê, 8 que não sabem escrever. Sobre o ensino formal, são citados todos os niveis de escolaridade, sendo que a maioria possui o Ensino Fundamental Incompleto, o que representa 45% dos respondentes (179) e 33% do total (240), 45 pessoas possuem o ensino médio completo, algumas delas com inserções no ensino superior, tendo 9 pessoas formadas neste nível de ensino (gráfico 10).

É importante ressaltar também que 107 pessoas afirmaram que gostariam de voltar a estudar apesar das dificuldades relacionadas às dimensões econômicas, emocionais, estado de saúde, condições objetivas de vidas, entre outros.

Gráfico 11 – Escolaridade dos respondentes (N=179).

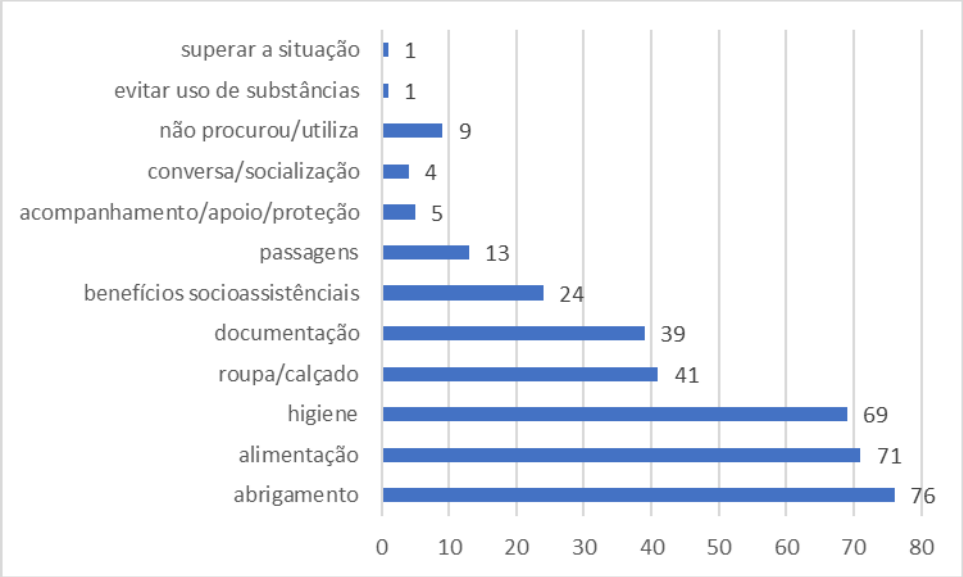


Fonte: Produzido pelas autoras

Serviços da Assistência Social

Perguntamos por qual motivo havia procurado o serviço de assistência social (centro pop, casa de passagem, CRAS etc) das últimas vezes. Os motivos mais citados foram: abrigamento/pernoite, alimentação e higiene. Contudo, outras demandas relacionadas aos cuidados também foram citadas como buscar por tratamento, apoio, acompanhamento, entre outras (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Motivos pelos quais busca serviços da assistência social (N=136).



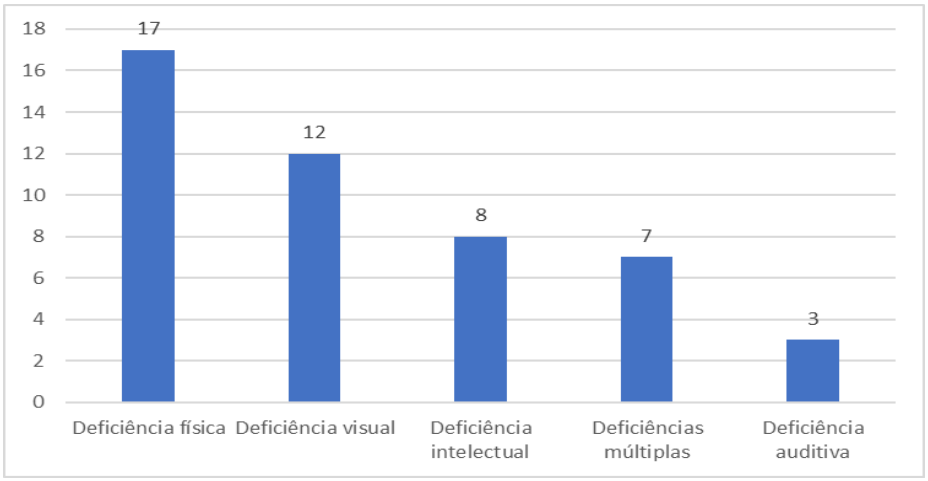
Fonte: Produzido pelas autoras

Hábitos e Saúde

Pessoas com Deficiência

Quando questionamos os tipos de deficiência que possuiam, 47 pessoas apresentaram algum tipo de deficiência ou sinalizaram deficiências múltiplas (quando mais de uma deficiência esse encontram associadas). A deficiência física foi a mais citada com 36% do total de respondentes, seguido de deficiência visual (26%).

Gráfico 13 – Deficiências citadas pelos respondentes (N=46).

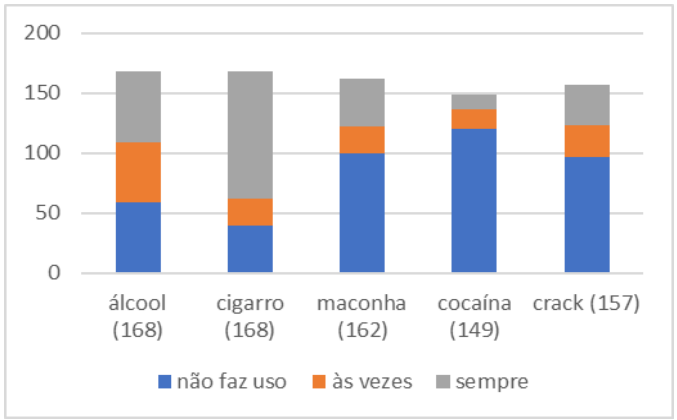


Fonte: Produzido pelas autoras

Álcool e Outras Drogas

Em relação ao uso de drogas e outras drogas foi questionado qual o uso e a frequência em relação a susbtâncias mais consumidas no Brasil (Gráfico 14). As drogas lícitas foram as mais citadas sendo que quano somamos quem faz uso 'às vezes' e 'sempre' temos 129 pessoas que citaram o cigarro e 109 álcool, seguido de maconha (62), crack (60) e cocaína (29). A cocaína é a drogra menos citada, sendo que 120 pessoas afirmam não consumir, seguido de maconha (100) e crack (97).

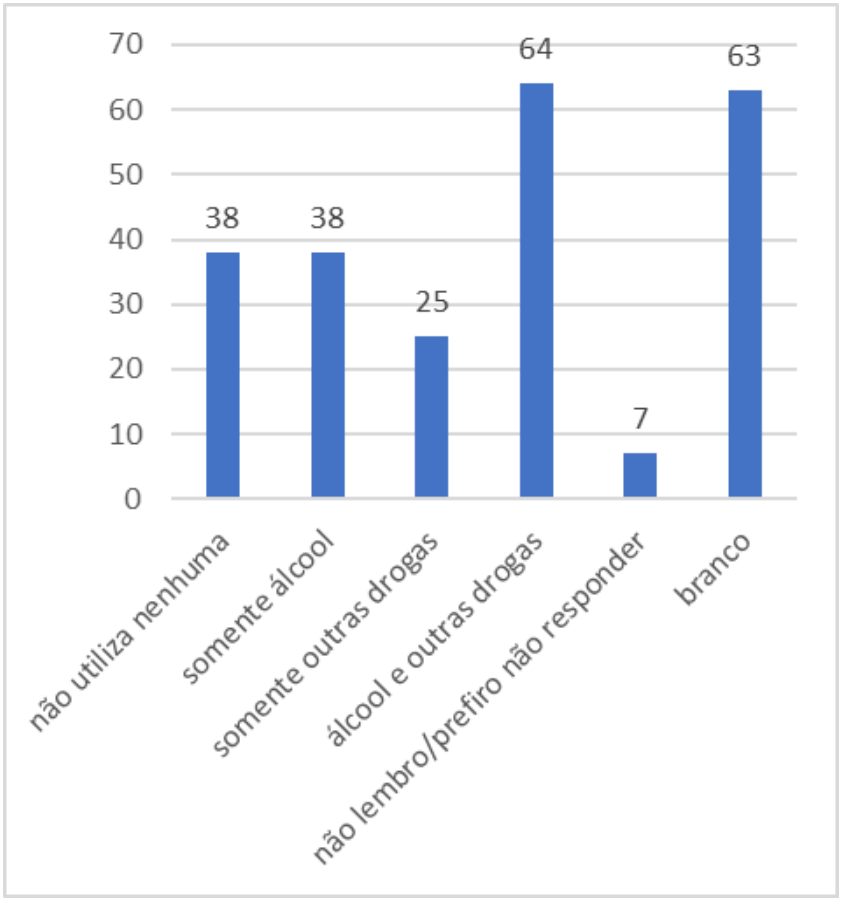
Gráfico 14 – Frequência e consumo de álcool e outras drogas*



*o número próximo ao descritor informa quantidade de respondentes.

Fonte: Produzido pelas autoras

Gráfico 15 – Consumo de álcool e outras drogas antes da situação de rua (N=176).



Fonte: Produzido pelas autoras

Em relação a tratamentos devido ao consumo de álcool e/ou outras drogas, 43 pessoas (24% dos 177 respondentes) afirmam que já realizaram no passado, 27 (15%) que estão em tratamento e 107 (60%) não realizam. Quando questionados se gostariam de realizar algum tratamento relacionado ao tema, 99 (61% de 163 pessoas respondentes) afirmam que não gostariam de realizar tratamento, já 64 pessoas (39%) responderam que sim, gostariam de realizar tratamento.

Preservativo

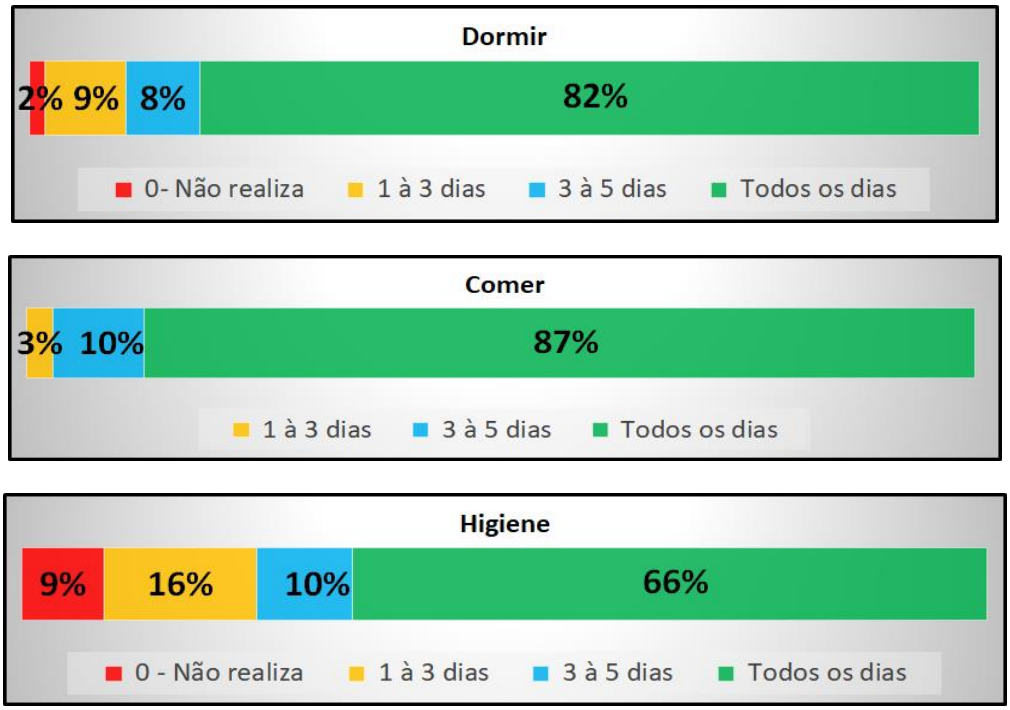
Questionamos o uso de preservativos durante as relações sexuais, 92 pessoas responderam se prevenir, 18 às vezes e 53 não utilizam. Embora a

maioria afirmar que fazem uso do preservativo, ainda foi alto o número de pessoas que não utilizam. O que reforça a importância da distribuição gratuíta e das campanhas de conscientização.

Atividades do cotidiano

Na investigação desenvolvida por Marina Dei Agnoli, pudemos observar quais atividades estavam presentes nos cotidianos das pessoas entrevistadas e sua frequência numa semana (típica), a seguir apresentamos as representações gráficas geradas na pesquisa.

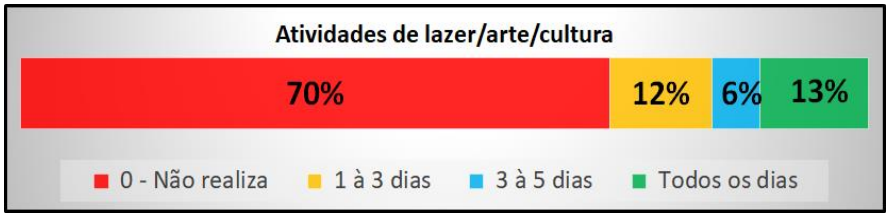
Gráficos 16, 17 e 18 – atividades cotidianas dormir, comer e realizar higiene básica e suas frequências

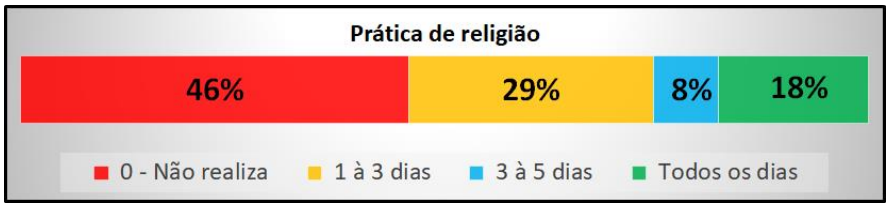


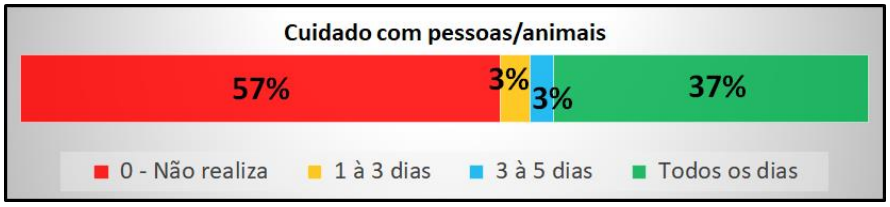
Fonte: Agnoli, 2020

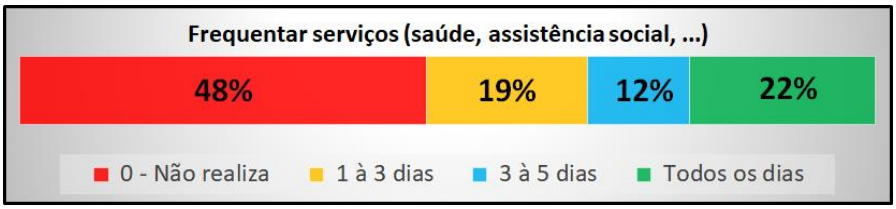
Ainda que a maioria das pessoas afirmam realizar atividades essenciais como comir e dormir, percebemos que há um grupo de pessoas que não realizam essas atividades cotidianamente, o que demanda atenção dada a importância dessas atividades vitais.

Gráficos 19, 20, 21, 22, 23 e 24 – outras atividades cotidianas com baixas frequências





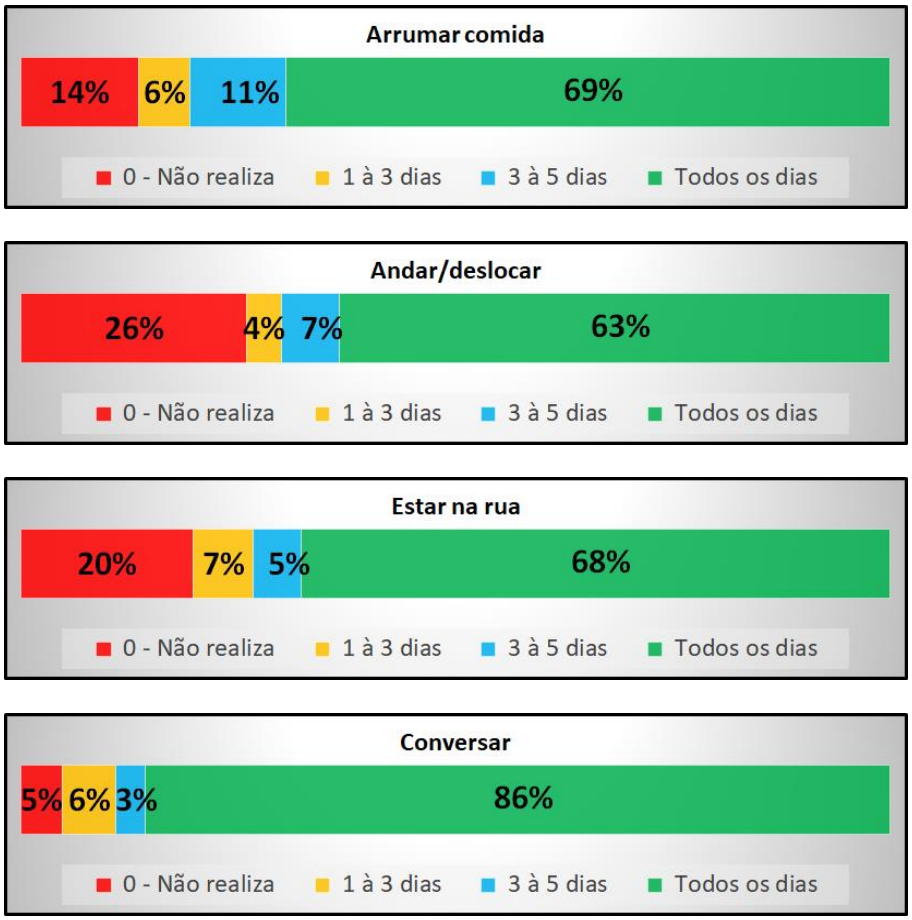




Fonte: Agnoli, 2020

Neste grupo de atividades podemos perceber uma maior concentração de pessoas que não as realizam, ou apresentam baixa frequência semanal, ainda que algumas pessoas citem realizá-las.

Gráficos 25, 26, 27 e 28 – outras atividades cotidianas com maiores frequências.



Fonte: Agnoli, 2020

As atividades como arrumar comida, andar/se deslocar, estar na rua e conversar possuem uma frequência mais elevada, quando comparadas as demais do questionário.

Neste sentido, o aprofundamento da compreensão dos motivos para realizarem essas atividades são fundamentais para podermos responder as demandas de grupo heterogêneo a partir de estratégias assertivas de ação.

Identificação de situações de riscos sociais[1]:

O mapeamento das atividades do cotidiano, bem como as consequentes análises, possibilitou interpretações criteriosas sobre a organização do cotidiano da população em situação de rua de São Carlos, identificando quais seriam as situações que corroboram para vivências ainda mais injustas e desfavorecidas (AGNOLI, 2020).

Tabela 1: indicação de situações de risco

Indicação de situações riscos sociais

	Não realiza	1 a 3 dias	3 a 5 dias	Todos os dias
Dormir				
Comer				
Higiene				
Estar na rua				
Arrumar comida				
Frequentar serviço				
Trabalhar				
Conversa				

Risco social identificado a partir do critério de escolha

Inválido a partir da margem de erro

Fonte: Agnoli, 2020

[1] Resultados da pesquisa de IC de Marina Dei Agnoli (2020).

Tabela 2 – Sobre as violências vivenciadas e suas autorias.

	Guarda Municipal	Polícia Militar	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Outras pessoas em SR	Parceiros/as	Familiares	População em geral
agressão física	25	57	3	3	36	11	17	19
agressão verbal	53	47	14	5	30	12	29	24
remoção forçada	38	22	4	6	4	2	3	2
preconceito	37	32	11	10	7	3	17	36
roubo furto	5	5	0	1	18	3	0	3
violência patrimonial	9	9	2	0	6	5	1	2
violência sexual	1	2	1	0	0	1	3	3
tentativa de homicídio	8	10	0	3	7	0	3	7

Fonte: Produzido pelas autoras

5 CONCLUSÕES

Realizado a partir da mobilização de diferentes setores governamentais, da sociedade civil e da própria população em situação de rua, o I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos mostrou-se uma ferramenta fundamental de levantamento das informações, demandas e necessidades da população em situação de rua de São Carlos, dando importantes subsídios ao poder público municipal para planejamento de políticas públicas adequadas às reais demandas desse grupo populacional.

O I Censo da População em Situação de Rua identificou que, naquele momento, a maioria das pessoas que se encontravam na rua eram homens, negros ou pardos, entre 30-50 anos e solteiros. Chama a atenção a diferença entre o tempo de vida na rua, em que se concentravam aqueles há menos de seis meses e aqueles há mais de dez anos, grupos que demandam estratégias distintas de intervenção, já que quanto maior o tempo de vida na rua, há intensificação e diferenciação das demandas em comparação àqueles que estão há menor tempo e, portanto, estabelecem relação, sociabilidades e vínculos diferentes com o espaço social da rua. Além disso, a maioria estabelecia moradia há mais de dois anos na cidade de São Carlos/SP, rompendo com o imaginário de que a maioria é "forasteiro", ou seja, são pessoas que ou nasceram/são procedentes do município ou estabelecem vínculos há tempo significativo na cidade.

Outro dado importante identificado relaciona-se às causas atribuídas à ida para rua, em que se destacam o uso de álcool e outras drogas, os conflitos /abandono familiar e o desemprego. Por outro lado, a maioria mantinha contato frequente com familiares, o que sinaliza possibilidades de trabalho psicossocial voltado, se não ao retorno ao convívio familiar, ao fortalecimento dos vínculos e das redes sociais de suporte com as referências afetivas/familiares.

A maioria identificava a obtenção/engajamento no trabalho como uma das maiores dificuldades da vida cotidiana; a maioria teve experiências de trabalho formal, porém, antes da vida na rua, o que revela o desafio de elaborar estratégias de inclusão produtiva para essa população, em articulação com a política pública de trabalho, considerando que essa população possui formações e experiências de trabalho bastante heterogêneas, mas pouco incorporadas pelo mercado de trabalho formal. Dentre os benefícios sociais recebidos, a maioria era beneficiário do extinto Programa Bolsa Família.

Quanto à escolaridade, a maioria manifestou desejo de retorno aos estudos, sendo que a maior parte dos entrevistados possuía ensino fundamental incompleto, suscitando a necessidade fundamental de articulação com a política de educação.

Quanto ao uso de substâncias psicoativas, a maioria referiu uso de álcool, cigarro e maconha e, em menor proporção, o uso de crack e cocaína. A maioria não estava realizando tratamento nem manifestava vontade de fazê-lo. Esses dados chamam a atenção tanto para as estratégias preventivas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas, especialmente pelas políticas de saúde, quanto da necessidade de qualificar as estratégias de cuidado e atenção psicossocial, de caráter comunitário e territorial a esse grupo populacional, que possam fazer sentido e garantir o direito ao cuidado em saúde.

Chamam a atenção os motivos pelos quais buscavam os serviços da assistência social, especialmente voltados à manutenção da sobrevivência imediata, tais como abrigamento, alimentação e higiene, dando pistas importantes sobre como se faz necessário ressignificar a relação dos usuários com os serviços socioassistenciais (Centro Pop e Acolhimentos Institucionais), de modo que também se apropriem dos mesmos como espaços de proteção, acompanhamento e fortalecimento de vínculos comunitários e de

participação e inclusão social. Assim como as atividades do cotidiano, voltadas basicamente à sobrevivência imediata, com escassez de vínculos e participação em atividades comunitárias, de lazer e cultura, chamando a atenção para a necessidade de qualificar a oferta de ações comunitárias e de participação social a esse público, em interface com ações de esporte, lazer e cultura.

Por fim, as informações sobre violências sofridas revelam que os agentes públicos e de segurança pública são aqueles que mais perpetram atos de violência, de diferentes tipos, contra essa população, demandando ações constantes de articulação, capacitação e sensibilização quanto aos direitos da população em situação de rua e o papel das instituições na preservação dos mesmos.

A experiência de realização do I Censo da População em Situação de Rua de São Carlos corroborou, à toda rede socioassistencial e intersetorial, a importância da realização e da manutenção periódica dos levantamentos oficiais, que permitam conhecer e dar visibilidade às reais demandas dessa população, de modo a produzir séries históricas, comparações e subsídios concretos para fundamentar ações e políticas públicas para esse grupo.

6 REFERÊNCIAS

AGNOLI, M. D. Cotidiano da população em situação de rua em São Carlos: análise do censo 2019. Iniciação Científica. Pró-Reitoria de Pesquisa, Universidade Federal de São Carlos. Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2020.

AGNOLI, M. D. Cotidiano da população em situação de rua em São Carlos: análise do censo 2019. (Trabalho de Conclusão de curso em Terapia Ocupacional). 2021. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14519.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Lei n ° 8.743, de 7de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, 15 de outubro de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 outubro 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 130 de 15 julho 2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB SUAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Sumário Executivo Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf.

BRASIL. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília, DF, 2008. (Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua).

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm.

PRADO, C. C. P. Demandas e trajetórias de mulheres em situação de rua do município de São Carlos - SP. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos,

São Carlos, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16976?show=full.

SILVA, C. R.; FERIGATO, S. H. Projeto para a realização do I Censo para pessoas em situação de rua no município de São Carlos-SP., 2017, 12p. (mimeo).